

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

DOCUMENTO: **Projeto de Lei nº 0071/17 – protocolo nº 0632/2017**

PROCEDÊNCIA: **Poder Executivo**

ASSUNTO: *“Institui o Plano Plurianual do Município de Uruguaiana-RS para o período de 2018-2021”*

RELATOR: **Ver. José Clemente da Silva Correa**

RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para parecer, o **Projeto de Lei nº 071/2017**, do Poder Executivo, protocolado nesta Casa sob o nº **0632/17**, que *“Institui o Plano Plurianual do Município de Uruguaiana-RS para o período de 2018-2021”*.

Importa destacar que a iniciativa para deflagrar o processo legislativo pertence ao Executivo Municipal nos termos do art. 165 da Constituição Federal de 1988, quanto ao conteúdo, a matéria atende os requisitos da Lei nº 4.320/64, que dispõe sobre normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, bem como os requisitos da Lei Complementar nº 101, de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas a responsabilidade da gestão fiscal.

Registramos também que o foram promovidas mudanças para elaboração do P.P.A., mesmo sendo um instrumento técnico, também o é político, pois deve estar atrelado a plataforma do governo eleito para um período de quatro anos, desta forma o mesmo deve ser estratégico, tratando dos programas de governo, seus objetivos e iniciativas, ficando o detalhamento orçamentário para o orçamento, o que torna este novo modelo mais estratégico e gerencial e menos detalhado em sua apresentação.

Assim os **programas** são instrumentos de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos nos planos, e resulta do reconhecimento de carências, demandas sociais e econômicas e de oportunidades. Salienta-se que ele é o elo de compatibilização com a lei de diretrizes orçamentárias (L.D.O.) e a lei orçamentária anual (L.O.A.).

Já os **“objetivos e metas”** são os movimentos que o gestor realizará para os alvos que se pretende atingir, mediante a execução de uma ou mais ações e a meta é a quantificação daquilo que se pretende realizar.

A Comissão encaminhou ao Poder Executivo manifestação referente as solicitações efetuadas, através do ofício nº 0284/17, até a presente data o mesmo não apresentou manifestação sobre o solicitado.

Esta Comissão realizou Audiência Pública para apresentação do P.P.A. no dia 02/08/17, às 19h, neste Legislativo, estando a documentação proveniente de tal audiência registrada em ata e anexada ao processo.

Registramos o recebimento do Ofício nº 27/CMS/2017 do Conselho Municipal de Saúde de Uruguaiana solicitando prazo de 30 dias para apreciação do P.P.A. junto ao Conselho. A Comissão encaminhou informação ao mesmo através do Ofício

[Handwritten signature]
1



nº 334/2017, informando dos prazos a serem atendidos pelo relator e para aprovação do referido Projeto.

Foram recebidas manifestações da comunidade quando da participação na Audiência Pública e que foram protocoladas sob o nº 911/2017/ADM do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruguaiana/RS e 914/2017/ADM com manifestação do CDL, Sindilojas, Sindcur, ABTI e SHRBS.

O ofício protocolado sob o nº 911/2017/ADM do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruguaiana/RS, indica ao Município a aquisição de diversas máquinas e equipamentos, registramos que esta demanda encontra-se atendida no programa da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Rural, nº 451 (1033) – Parque Municipal de Máquinas, atividade Aquisição de maquinários e equipamentos para o Parque de máquinas municipal, não competindo neste momento a especificidade das mesmas, demanda que deverá ser reencaminhada quando da apresentação do orçamento, o qual apresenta valores destinados especificamente, sendo a discriminação ano a ano, podendo se analisar o que se pretende executar para o período apresentado.

O ofício protocolado sob o nº 914/2017/ADM com manifestação do CDL, Sindilojas, Sindcur, ABTI e SHRBS que solicita valores orçamentários para criação do Parque Termal do Município, o qual está vinculado a arrecadação dos valores (arrecadação de taxas e serviços) que compõem o FUMDECI, Lei nº 4.447/14, observa-se que foi encaminhado ao Executivo o Autógrafo nº 60/2017, de 25 de agosto de 2017, para sanção do Sr. Prefeito Municipal, que “Institui o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico – FUNDE”, o qual uma vez sancionado pelo Prefeito Municipal, revogará a Lei 4.447/14 e trará novas diretrizes orçamentárias na aplicação dos recursos, para tanto, as pretensões quanto a valores orçamentários para criação do Parque Termal do Município deverão estar norteadas na nova Lei, bem como deverá ser observada a discricionariedade do Poder Executivo, sendo que os valores que compõem tal fundo são oriundos de taxas ou convênios e para incremento aos mesmos, haverá que se prever aumento de arrecadação e/ou alteração da legislação que o instituiu

É o Relatório.

PARECER

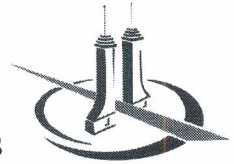
Na análise ao Projeto de Lei nº 071/17, constatamos que o mesmo não veio acompanhado: das **Atas** dos Conselhos Municipais deliberativos referentes aos Programas dos seus respectivos Fundos Municipais, em conformidade com o art. 36 da Lei nº 8.080, de 1990 (para **Saúde**), art. 24, § 9º da Lei nº 11.494, de 2007 (para **Educação**) e art. 84, da Resolução 33, de 2012 (para **Assistência Social**) e, neste sentido, o Executivo em atenção ao Ofício do Poder Legislativo nº 284/2017/DLEG, conforme ofício nº 73/2017/SEPLAN, protocolado sob o nº 1020/2017/ADM de 29 de agosto de 2017, encaminhou as atas de análise do P.P.A. do Conselhos Municipais de Educação, de Saúde e de Assistência Social, sendo que a ata do Conselho Municipal de Educação veio acompanhada do parecer do C.M.E., encaminhado

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA – RS
Telefone: (55) 3412-5977 – Fax: (55) 3412-5893
Home Page: www.uruguaiana.rs.leg.br
E-mail: expediente@camarauruguaiana.rs.gov.br



através do Ofício 45/2017 e assinado pelo Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação, Prof. Guilherme Brum Fagundes que indica as seguintes necessidades: 1) de que seja revisado a progressão anual da oferta de vagas no ensino fundamental considerando o pleno atendimento da demanda e o decréscimo das matrículas, neste nível de ensino; 2) melhorias quanto ao meio de transporte de acesso dos servidores públicos municipais às escolas do meio rural tendo como ação a aquisição de passagens de empresas do transporte coletivo; 3) oportunizar o vínculo das categorias econômicas a serem utilizadas, atendendo a legislação vigente que determina e/ou permite a realização dos investimentos em educação; 4) revisar o objetivo e detalhamento da ação que atende à categoria econômica da folha de pagamento, resumida em apenas provimento do Quadro de Pessoal, através de concurso público no ensino fundamental e na educação infantil.

Ainda em atenção as solicitações do ofício nº 284/2017/DLEG do Poder Legislativo, foi informado pelo poder Executivo que os indicadores de desempenho aos programas foram apresentados no Projeto de Lei nº 071/2017, P.P.A. 2018/2021 e que os mesmos constam no anexo V – b. Também foi destacado pelo Poder Executivo que o relatório da composição da folha de pagamento não compõe o Plano Plurianual, estando as despesas, com pessoal, dispostas no anexo VI da L.D.O./2018 e que está sendo providenciado junto ao setor de folha de pagamento da SECAD o relatório no modelo solicitado pelo Poder Legislativo. Observa-se que tais documentos acima descritos, estão anexados ao Projeto de Lei nº 071/17, que “Institui o Plano Plurianual para o Município de Uruguaiana para o período de 2018 a 2021”.

A relatoria, após análise, verificou também a necessidade de alteração:

- do **§ 3º do art. 5** no qual deve ser suprimida a expressão “(..) com as respectivas categorias econômicas”. Pois neste momento, a nível de P.P.A. não é obrigatório tal nível de classificação orçamentária;

- no **art. 10**, correção da redação, na parte descrita “(...) deverão cometer os respectivos atributos”, que seja alterada a palavra cometer pela palavra “**conter**”;

- o **Art. 11**. passará a vigorar com nova redação, conforme segue:

Art. 11. O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis que as modifiquem, fica autorizado a:

I – alterar o Valor do Programa pelas leis de diretrizes e orçamentos anuais; e

II – incluir, excluir ou alterar:

a) iniciativas não orçamentárias.

b) os indicadores de desempenho;

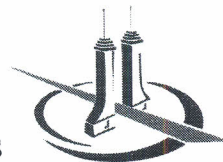
c) as Metas;

d) o órgão e a unidade responsável; e

e) os subtítulos (localizadores de gasto).

Parágrafo único: As alterações devem ser encaminhadas ao Poder Legislativo, para fins de acompanhamento e controle.

- quanto ao **art. 13**, registramos que o Portal da Transparência deverá ser



disponibilizado conforme prevê a Lei Complementar nº 101, de 2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”, portanto, o Art. 13, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13. O Município manterá atualizado o plano e o divulgará no Portal Transparência, nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Foram apresentadas e protocoladas as seguintes emendas pelos vereadores:

-Ver. Vilson José Brites Borges, encaminhou as EMENDAS nºs 09, 10, 11, 12 e 13 ao P.P.A. 2018/2021 protocoladas respectivamente sob os nºs.: 718, 719, 720, 721 e 722/2017/LEG:

Emenda nº 09 – Cria o Programa – Conselho Tutelar do Idoso

Justificativa: A presente Emenda visa adotar medidas mais consistentes e eficazes para enfrentar o problema da violência contra os idosos na Cidade de Uruguaiana.

A presente emenda **foi acatada** considerando que visa a um atendimento que se faz necessário e diferenciado. Servirá como fonte de recursos a supressão de verbas do Programa 260 (Subfunção 122, atividade 894) Manutenção da Secretaria de Governo. Valores R\$ 12.000,00 ao ano, semelhante ao disponibilizado para o Conselho Tutelar.

Emenda nº 10 – Cria atividade ao Programa – Permanência regular dos alunos nas escolas da Rede Municipal de Ensino. Programa 612 (Subfunção 365, atividade 26)

Justificativa: A presente Emenda visa acrescentar a atividade e criar na **rede Municipal de Ensino o Programa Merenda nas férias**, para os alunos da Educação Infantil.

A presente emenda **foi acatada** considerando que busca proporcionar aos alunos de baixa renda o fornecimento de no mínimo uma refeição diária, durante todo o ano, a presente emenda não faz alteração nos valores já destinados.

Emenda nº 11 – Cria atividade ao Programa – Permanência regular dos alunos nas escolas da Rede Municipal de Ensino. Programa 612 (Subfunção 361, atividade 27)

Justificativa: A presente Emenda visa acrescentar a atividade e criar na **rede Municipal de Ensino o Programa Merenda nas férias**, para os alunos do Ensino Fundamental.

A presente emenda **foi acatada** considerando que busca proporcionar aos alunos de baixa renda o fornecimento de no mínimo uma refeição diária, durante todo o ano, a presente emenda não faz alteração nos valores já destinados.

Emenda nº 12 – Cria atividade ao Programa – Garantia de educação de qualidade nas escolas da Rede Municipal. Programa 613 (Subfunção 365, atividade 52)

Justificativa: A presente Emenda visa acrescentar a disponibilização e inclusão de conceitos de empreendedorismo na rede Municipal de Ensino, para os alunos da Educação Infantil.

A presente emenda **foi acatada** considerando que busca proporcionar aos

4



alunos conceitos e noções de empreendedorismo, de forma a auxiliar na capacitação e futuro desses jovens, a presente iniciativa poderá ser realizada através de parcerias e não faz alteração nos valores já destinados.

Emenda nº 13 – Cria atividade ao Programa – Garantia de educação de qualidade nas escolas da Rede Municipal. Programa 613 (Subfunção 361, atividade 53)

Justificativa: A presente Emenda visa acrescentar a disponibilização e inclusão de conceitos de empreendedorismo na rede Municipal de Ensino, para os alunos do Ensino Fundamental.

A presente emenda **foi acatada** considerando que busca proporcionar aos alunos conceitos e noções de empreendedorismo, de forma a auxiliar na capacitação e futuro desses jovens, a presente iniciativa poderá ser realizada através de parcerias e não faz alteração nos valores já destinados.

- **Ver. José Clemente da Silva Correa**, encaminhou as EMENDAS nºs 14, 15 e 16 ao P.P.A. 2018/2021 protocoladas respectivamente sob os nºs.: 723, 724 e 725/2017/LEG:

Emenda nº 14 – Cria atividade ao Programa – Modernização e manutenção da Secretaria de Segurança, Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana. Programa 2201 (Subfunção 183, atividade 82)

Justificativa: A presente Emenda visa dar condições de atendimento a Legislação de Trânsito, na área de Educação da comunidade e Capacitação Técnica, elaborando materiais diversos pertinentes ao assunto e proporcionando participação em cursos específicos.

A presente emenda **foi acatada** considerando que busca proporcionar a aos diversos Agentes da Área de Segurança/Trânsito atualização e aperfeiçoamento técnico profissional.

Emenda nº 15 – Cria atividade ao Programa – Infraestrutura Esportiva – Desporto de Rendimento, Comum. Educação e Lazer. Programa 2302 (Subfunção 812, atividade 116)

Justificativa: A presente Emenda visa implantar ações para desenvolvimento de eventos artísticos e culturais da cultura gaúcha.

A presente emenda **foi acatada** considerando que tais atividades proporcionam a inclusão social, através de manifestações artísticas diversas, seja música, dança, canto, ... valorizando nossa cultura.

Emenda nº 16 – Cria atividade ao Programa – Desporto Comunitário. Programa 2303 (Subfunção 812, atividade 117)

Justificativa: A presente Emenda visa o incentivo à participação da comunidade através do Esporte e fomento ao Esporte Amador.

A presente emenda **foi acatada** considerando que o incentivo à prática esportiva contribui com a saúde pública, oportunizando acesso a atividades de lazer e diversão com atividades voltadas ao esporte amador.



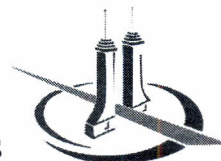
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
PALÁCIO BORGES DE MEDEIROS

Rua Bento Martins, nº 2619, CEP: 97501-520 – URUGUAIANA – RS

Telefone: (55) 3412-5977 – Fax: (55) 3412-5893

Home Page: www.uruguaiana.rs.leg.br

E-mail: expediente@camarauruguaiana.rs.gov.br



Analizadas as presentes emendas e atendidas as correções feitas por essa Comissão, no juízo da avaliação técnica, o parecer é favorável a aprovação do presente projeto de Lei **com as alterações e emendas acatadas**.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 2017.

Ver. José Clemente da Silva Correa

Relator

DE ACORDO:

Aprovado o Parecer

Em 04/09/17

Presidente da Comissão